

## *Formação eclesiástica no Seminário de Mariana Setecentista*

*The ecclesiastical Formation of the Mariana Setecentista Seminar*

Josimar Faria Duarte\*

---

**Resumo:** Este artigo versa sobre a formação de seminário durante o governo episcopal de Frei Manuel da Cruz (1745-1764). O instrumento de pesquisa consistiu no uso do método prosopográfico, proposto pela história regional. As fontes de sustentação empíricas utilizadas foram documentos manuscritos consultados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). O aparato teórico-conceitual refere-se à recente historiografia sobre império, redes, conexões e relações entre centro e periferia, poder central e poder local. Os resultados dessa pesquisa são apresentados aqui a partir de *narrativas modais*.

**Palavras-chave:** Formação eclesiástica. Seminário. Clero. Minas Setecentista. Tempo.

**Abstract:** This article deals with the formation of a seminary during the episcopal

government of Friar Manuel da Cruz (1745-1764). The study on screen deals with the qualification processes for the secular clergy of Mariana, during the episcopal government of Frei Manuel da Cruz (1745-1764). The research instrument consisted of using the prosopographic method, proposed by regional history. The empirical sources of support used were handwritten documents consulted in the Ecclesiastical Archive of the Archdiocese of Mariana. The conceptual theoretical apparatus refers to the recent historiography on empire, networks, connections and relations between center and periphery, central power and local power. The results of this research are presented here from modal narratives.

**Keywords:** Ecclesiastical Formation. Seminary. Clergy. Mines Setecentista. Time.

### **Introdução**

O artigo em tela versa sobre a formação de um seminário na Diocese de Mariana, durante o governo episcopal de Frei Manuel da Cruz (1745-1764).

---

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ – Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4986-3141>. E-mail: [josi-marfaria@yahoo.com.br](mailto:josi-marfaria@yahoo.com.br).

Criada em 6 de dezembro de 1745, pela bula *Candor Lucis Aeternae*,<sup>2</sup> do Papa Bento XIV, a Diocese de Mariana foi a primeira a ser erigida no interior do Estado do Brasil, “já que a colonização portuguesa das terras brasileiras iniciou-se na costa” (TRINDADE, 1908, p. 15). Essa proposta foi de autoria do conde de Assumar que, em 6 de setembro de 1720, sugeriu ao rei de Portugal que erguesse um Bispado no interior de Minas Gerais e outro em São Paulo, para, assim, expandir os limites da colônia em direção ao Oeste e, com isso, deslocar a linha divisória do *Tratado de Tordesilhas*. Isso ocorreu em uma época em que as dioceses eram “[...] o centro do poder da coroa nas conquistas do império português” e se revelavam “fundamentais na tentativa de união de forças da colonização” (KANTOR, 1996, p. 45).

Aos projetos geopolíticos da Coroa portuguesa somavam-se os interesses da Igreja católica em formar um clero profissional nativo para ministrar os sacramentos aos povos dos territórios ultramarinos. É claro que não estamos considerando a “[...] barreira de cor impedindo o desenvolvimento de um clero nativo, fosse ele africano ou indiano, mas não demorou muito para surgir o preconceito racial, ainda que sua intensidade variasse no tempo e no espaço” (BOXER, 2007, p. 17). Entendendo, como escreveu o Padre Manuel da Nóbrega, em 1549, que “essa terra é empresa e [...] cá não são necessárias letras, mas virtudes e zelo de Nosso Senhor”.<sup>3</sup>

Esse projeto eclesiástico estava ligado à doutrina católica romana, que, além das definições dogmáticas, a partir da quinta sessão do Concílio de Trento, passou a preocupar-se com o recrutamento de novas vocações e com a formação moral e intelectual dos aspirantes. Definiam-se, com isso, medidas que procuravam delinear uma silhueta moral e física para os padres dos tempos modernos: “Apresenta no modo de vestir, na atitude, no andar, no falar e em toda outra coisa, nada que não seja grave, modesto e cheio de religião.”<sup>4</sup>

A Igreja Católica passou, a partir daí, a admitir ao ministério das Ordens Sacras meninos de origem humilde, do povo, isto é, carentes materialmente e do ponto de vista intelectual.<sup>5</sup> Porém, com “elevado

<sup>2</sup> AEAM. *Candor Lucis Aeternae*. Tradução de Mons. Flávio Carneiro Rodrigues, 1745.

<sup>3</sup> NOBRE, Padre Manuel. *Carta*. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio:anchieta-1933-cartas/anchieta\\_1933\\_cartas\\_mindlin.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio:anchieta-1933-cartas/anchieta_1933_cartas_mindlin.pdf). Acesso em: 10 nov. 2018.

<sup>4</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>5</sup> Na Idade Média, o sacerdócio estava ligado a certos privilégios, como o conhecimento

nível moral”, ou seja, filhos de legítimos matrimônios, que sabiam ler e escrever suficientemente, “dedicados à oração” e “cheios de inteligência e sabedoria do alto”.<sup>6</sup>

A alta cúpula da Igreja Católica acreditava, portanto, que só com instrução intelectual- colegial se poderia acabar com os obstáculos da “penúria de padres zelosos, instruídos e de elevado nível moral para administrar os sacramentos, sobretudo as confissões”.<sup>7</sup> O seminário representou, desse modo, “uma inflexão brusca e transitória para o espírito moderno marcado no que concorre à formação sacerdotal, o divisor de águas, entre a pedagogia jesuítica e a nova corrente do pensamento pedagógico” (AZEVEDO, 1978, p. 326). Trento propunha, assim, a formação de um clero ilustrado, composto por uma elite intelectual, com capacidade de instruir o povo pela catequese e escolarização. Cabe, assim, perguntar: Quais eram as exigências pedagógicas e o comportamento social considerado no processo de admissão ao clero diocesano de Mariana? É essa questão que procuraremos abordar ao longo do artigo. O encaminhamento da questão nos permitirá visualizar que a rigidez das exigências canônicas, durante os processos, era afrouxada pelas relações estabelecidas entre os candidatos e o clero local.

Para a realização deste artigo, utilizamos os resultados de pesquisa realizada sobre o governo episcopal de Frei Manuel da Cruz na Diocese de Mariana (1745-1764). O instrumento de pesquisa consistiu no uso do método prosopográfico e do método de contextos, propostos pela história regional e pela microanálise. As fontes de sustentação empíricas utilizadas foram documentos manuscritos eclesiásticos, crimes e jurídicos, consultados no *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana* e no *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana*. O aparato teórico-conceitual refere-se à recente historiografia sobre império, redes, conexões e relações entre centro e periferia, poder central e poder local.

---

literário. Era uma formação universitária. Após Trento, o sacerdócio passou a ser considerado uma formação profissional, mas diferenciada pela vocação. A Igreja passou a buscar candidatos com elevado nível moral. (DELUMEAU, 1989, p. 59-60).

<sup>6</sup> O SACROSSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO EM LATIM E PORTUGUÊS. Lisboa: Oficina Patriarca de Francisco Luiz Anemo, 1781 (org. Reycend, João Baptista). In: AEAM. Obras Raras.

<sup>7</sup> *Ibidem*.

## O Seminário de Mariana

O decreto da sessão XXIII, cap. 18, do Concílio Ecumênico de Trento, exigiu que todos os bispos fundassem, em suas Dioceses, casas de ensino público. Essas deveriam ser como “sementeiras, onde os jovens pobres serão acolhidos para aprenderem gratuitamente, o latim e serem formados para a vida clerical”.<sup>8</sup> Definindo-se, assim, a institucionalização da educação de formação sacerdotal.

Antes, porém, a preparação acontecia em acordo com os estatutos diocesanos de Santo André, por cursos universitários de medicina e direito, e por cursos de refrescamentos anuais oferecidos por escolas em algumas catedrais europeias. Era, portanto, uma formação não orientada para o exercício dos ministérios sacramentais. Já o seminário representou a formação voltada inteiramente à profissionalização ao ministerial do presbitério (MULLETT, 1985, p. 29).

Na América portuguesa, o primeiro seminário episcopal foi fundado em 1686, em Belém da Cachoeira (Bahia). Em seguida, foi em Aquirás (Ceará), em 1730. Depois em Salvador (Bahia), em 1736, e em São Paulo (São Paulo), em 1746. Posteriormente veio em Caxias (Maranhão) e em Belém do Pará (Maranhão), em 1749 (VILLALTA, s.d.).

Em Minas Gerais, o primeiro seminário foi criado em 12 de setembro de 1748, na cidade de Mariana, sob a invocação de Nossa Senhora da Boa Morte, a pedido de Dom Frei Manuel da Cruz, com a justificativa de serem grandes as “despesas, que os moradores daquela capitania têm para mandarem seus filhos aos estudos do Rio de Janeiro e da Bahia”.<sup>9</sup> Para esse fim, recebeu alvará de Dom João V para a construção do prédio e de estabelecimento provisório dos religiosos jesuítas na sede eclesiástica, a fim de instruir a formação inicial do clero.

O prédio do estabelecimento de ensino foi construído no Paço, nos limites da sede do município e possuía sete moradas de chácaras extensas dando fundos para o córrego da Intendência. O terreno foi doado por fiel

---

<sup>8</sup> O SACROSSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO EM LATIM E PORTUGUÊS. Lisboa: Oficina Patriarca de Francisco Luiz Anemo, 1781 (org. Reycend, João Baptista).

<sup>9</sup> AEAM. *Documentos de e sobre Dom Frei Manuel da Cruz (1746-1751)*, Livro, fls. 117 verso.

devoto, José de Torres Quintanilha, mediante o favor de se rezarem, perpetuamente, três missas por semana na capela do seminário e o compromisso de que se estabelecesse, ali, o ensino público de primeiras letras para que os homens que habitavam os campos das comarcas de Sabará e Vila Rica fossem “polidos e com certa instrução”.<sup>10</sup>

Percebemos, com a doação do rico minerador, que o seminário de Mariana estava inserido na economia moral da “forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, defendida por Marcel Mauss.<sup>11</sup> A oferta material de Quintanilha advinha de um *dom* concedido ao bispo que, em agradecimento, ofertava um *contradom*: rezar missas na capela do seminário, interpretada como contrato com o divino, e se obrigar à prestação de ensino público à população mineira, particularmente às elites locais. Isso fica demarcado no relato de viagem do botânico francês Auguste Saint-Hilaire do Rio de Janeiro para as Minas em 1822:

A população mineira, particularmente as elites locais, o fato novo permitia-lhe, de um lado, acesso facilitado e mais cômodo à educação superior, com inerentes vantagens financeiras; de outro, uma melhor preparação de estudos para aqueles que ambicionavam cruzar o Atlântico, em direção às universidades do Velho Continente [...]. O Seminário de Mariana foi fundado por alguns mineiros ricos que desejavam educar seus filhos, sem precisar enviá-los à Europa. Tinham-se anexado ao patrimônio desse estabelecimento terras e escravos, e nada fora esquecido para fazê-lo digno do fim a que se destinava. Se entre os proprietários de certa idade que habitam os campos das comarcas de Sabará e Vila Rica, se encontram outros tantos homens polidos e com certa instrução, deve-se em grande parte à educação recebida no Seminário de Mariana. Entretanto, as terras que o estabelecimento possui esgotaram-se, e os escravos morreram, os mineradores, cuja riqueza diminuiu, não estavam em condições de fazer novos sacrifícios, e acabaram-se os meios de pagar os professores competentes (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 4-48.

---

<sup>10</sup> AEAM. *Relatório do Episcopado de Mariana à Sagrada Congregação do Concílio de Trento*, 1757, 1, 1a, 17.

*Ibidem.*

<sup>11</sup> *Ibidem.*

Tratava-se, pois, de uma “regra de direito e de interesses” que impunha a retribuição nas relações fundadas entre o bispo e a elite local e implicava um dever de gratidão. Portanto, embora a construção do seminário fosse uma obrigação do bispo para a formação de um clero suficiente em números e bem-instruído, o ato também recriava a dependência de troca de dádivas, “uma das rochas humanas sobre as quais estão erigidas nossas sociedades” (MAUSS, 1974, p. 135).

Segundo Caio César Bochi (1991), até a fundação dessa casa, não existia na colônia outra instituição de formação destinada à educação pública de primeiras letras que fosse dirigida exclusivamente por padres. As opções eram a formação de primeiras letras doméstica mediante iniciativa privada e, depois, a formação em teologia em escolas dirigidas por clérigos regulares, como, por exemplo, no Rio de Janeiro, dirigido pelos padres jesuítas e por monges carmelitas ou o encaminhamento dos aspirantes desde cedo a seminários diocesanos na Europa.

Para inserção no seminário de Mariana, as autoridades eclesiásticas publicavam editais nas portas de todas as igrejas da Diocese por um prazo de 30 dias para alistamento paroquial de jovens com idade entre 7 e 20 anos, batizados, filhos de casamentos legítimos e alfabetizados. Em seguida, os párocos deviam providenciar os certificados de batismo, crisma e atestado de bons costumes. Cabia, ainda, investigarem possíveis impedimentos à entrada ao seminário, tais como doenças graves, parentes doentes ou a explícita pobreza.

A constatação de doença e de pobreza eram as primeiras marcas de ilegitimidade ao sacerdócio mineiro. Os párocos, porém, podiam requerer a admissão no seminário desses candidatos pobres mediante a apresentação de documento atestando o comprometimento de um padrinho ou madrinha em pagar os estudos do seminarista. Nessas condições, o postulante poderia ser admitido, e seu nome inscrito no Livro de Matrícula, desde que existissem vagas. Por exemplo, podemos citar:

**Quadro 1 – Matrícula no seminário de alunos sem condições para pagamento das taxas estabelecidas**

Nome	Situação	Padrinho	Localidade	Curso	Data
João Maciel Costa	Filho legítimo de José Maciel Costa e de Bárbara Conceição Atestou ser pobre	Padre Júlio Fernandes da Silva	Antônio Pereira	Primeiras Letras	1750
Antônio Bernardes da Costa Lima	Filho legítimo de José Costa Lima e Maria Tereza Atestou ser pobre	Padre Carloto Fernandes da Silva Tavora	Furquim		
Ignácio Pereira Barbosa	Filho Natural do Tenente Coronel Manoel Pereira da Silva Citra. Mãe desconhecida Atestou ser pobre	Padre Antônio Francisco Lyrio Vespucio	Santo Antônio do Rio das Velhas Acima		
Carlos da Silva Lobo	Filho legítimo do Alferes Manoel da Silva Lobo Órfão	Padre Carlino Nicolau da Silva Castro	São Caetano		
Manoel Marinho da Silva	Pardo Filho legítimo de Luís Crus (escravo) e de Antônia Coelho (parda forra) Atestou ser pobre	Padre Joaquim Inácio Monteiro	Cachoeira do Campo		

**Fonte: AEAM – Livro de Matrículas do Seminário Menor de Mariana – 1758.**

Conforme exposto no quadro, observa-se que, na relação desses candidatos que requereram admissão no curso de primeiras letras do seminário sem condições para pagamento das taxas estabelecidas, encontramos a prevalência de padres como padrinhos. Sugere-se, com isso, a dependência

dos candidatos em relação ao pároco local, que era quem intermediava as relações entre os aspirantes, padrinhos e seminário. Desse modo, para entrar naquela instituição de ensino, era necessária uma boa relação, confiar e pedir ao pároco que, particularmente, resolvia eventuais conflitos ou empecilhos para a aceitação no seminário, independentemente da diferença social como no caso citado de um dos candidatos que, além de pobre, era filho de negro, e de outro que era filho ilegítimo. Essas práticas fortaleciam o poder do chefe espiritual e político na comunidade paroquial, decidindo sobre a sorte do candidato, como observou José Pedro Paiva (2012, p. 166): “Quando aos membros do clero paroquial, que tinham a cargos os fiéis nas paróquias, eram figuras proeminentes da vida local, relacionando-se com quem na comunidade tinham estatutos mais honrados.”

Segundo Charles Suaud (1978), o poder que o pároco local tinha na entrada dos jovens no seminário estava ligado a um projeto pedagógico traçado pela própria Igreja tridentina para interiorização de um projeto de vida que apregoava a vocação como meio de controlar a própria reprodução social do clero e a manutenção da instituição diante da Reforma Protestante:

O julgamento eclesiástico se apoiava num conjunto de critérios difusos, nunca completamente explicitados, os quais recorriam a sistemas de classificação que estavam inscritos na linguagem ordinária, donde os interrogados poderiam compreender o emprego dos adjetivos: “herege”, “apóstata”, “incontinente”, “ríxoso”, “inquietao”, “perturbador” [...]. Pretendendo julgar as qualidades da pessoa através de um ideal de sacerdócio que se contraponha a esses adjetivos, denotando qualidades que seriam superiores como: “capacidade”, ser de “bons costumes, honesto e obediente aos seus superiores”, a classificação eclesiástica mascarava, sob um conjunto de palavras, um julgamento que era inseparavelmente social (SUAUD, 1978, p. 75).

Satisfeitas essas exigências iniciais, os aspirantes deveriam passar por uma experiência na Paróquia por um período de, pelo menos, dois meses para que o reverendo se certificasse da “honestidade da fé” e da aspiração, ao tempo que se solidificassem os laços apostólicos do vocacionado com o clero paroquial. Somente após esse estágio é que os párocos deveriam



encaminhar o aspirante para exames de admissão ao seminário.

No Seminário de Mariana, registravam-se dois dias para exames e entrada de jovens na casa: os dias primeiro de outubro e 30 de junho. Após aprovação e ingresso, os seminaristas estavam subordinados à legislação do estatuto do Seminário de Mariana, que era uma cópia adaptada do regulamento do Seminário de São José do Rio de Janeiro.

## O estatuto do Seminário de Mariana

O estatuto do Seminário de Mariana estava dividido em duas partes: a primeira tratava da organização e administração do seminário e a segunda sobre os seminaristas e suas qualidades.

O capítulo primeiro, da primeira parte do estatuto, estabelecia o governo do seminário “aos senhores bispos” responsáveis pela aplicação, cuidado e zelo pastoral, em vista de “que os seus oficiais e habitantes cumpram as obrigações anexas aos seus destinos, tirando-os e substituindo outros, como melhor e mais conveniente parecer”.<sup>12</sup> Para fazer tal missão, ele deveria nomear o senhor provedor, vigário capitular, doutor em Direito Canônico. Havendo mais de um sacerdote com o gozo do título, caberia concurso, avaliando o desempenho dos candidatos em prudência, zelo, caridade e instrução para o cargo. Após a eleição do vigário-capitular, elegia-se o reitor, com autoridade espiritual e temporal sobre “seminaristas e oficiais a seu serviço, isentando-os de outro qualquer Superior na Ordem Eclesiástica para que só esteja sujeito ao mesmo prelado, e, em seu impedimento, ao seu Provisor”.<sup>13</sup> Para o provimento desse cargo, exigiam-se as mesmas qualidades dos anteriores, somadas às habilidades de administração econômica para “aumento dos bens e diligências” do seminário. Para suprir as faltas, elegia-se o vice-reitor, sendo ele “fiscal do Seminário e da observância dos seus estatutos”.<sup>14</sup>

No primeiro capítulo do estatuto, observamos o esboço do reconhecimento das diferenças entre os níveis da hierarquia religiosa do seminário

---

<sup>12</sup> AEAM. Armário 2, parte lateral, 1, 2, 3, 4, 1748.

<sup>13</sup> *Ibidem.*

<sup>14</sup> *Ibidem.*

baseada em grau de sacração, atividades desenvolvidas, funções e ações. No topo dessa hierarquia, estava o bispo, confirmando os decretos de Trento de autoridade episcopal, a fim de que se pudesse controlar a formação do clero (PAIVA, 2012, p. 182).

O capítulo segundo tratava da administração, do rendimento e dos fundos do seminário, estabelecendo a necessidade de confecção de quatro livros de bom papel. No primeiro deles, os procuradores lançavam todos os bens pertencentes ao seminário, bem como os créditos e os rendimentos anuais da fazenda e da casa. No segundo, lançavam-se as despesas mensais e as esmolas que recebiam os procuradores. No terceiro, as esmolas e pensões dadas pelos benfeitores dos seminaristas, as prebendas das matrículas e trimestres, e pensões. No último, constava o nome de todos os seminaristas com registro de dotes e procedência na casa. “Além disso, haverá, também, um arquivo fechado cuja chave não sairá da mão do reitor, onde depositará todos os papéis pertencentes aos seminaristas e os mais que for preciso guardar-se.”<sup>15</sup>

A organização econômica do seminário em quatro livros orientava os calendários litúrgicos e escolares da instituição. Todos os meses, o reitor deveria rever os livros das contas, o rol dos gastos e anteceder festas, as avaliações ou férias em caso de baixa na economia, evitando a desordem da casa. Achando contas não pagas pelos familiares de algum seminarista, os superiores da casa deveriam dispensar o aluno. Por fim, esses livros controlavam a alimentação. Em períodos de fartura, por exemplo, foram compradas cinco garrafas de vinho Lisboa, especialmente para a ceia de Natal.<sup>16</sup> Manjar branco feito de leite de amêndoas das índias aparece como sobremesa nas ordenações dos padres.<sup>17</sup> No período de chuvas de 1755, contudo, as aulas foram suspensas por baixa na dispensa.<sup>18</sup>

O capítulo terceiro abordava sobre a administração da fazenda, orientando o reitor sobre a importância de se bem calcular as despesas da casa e sua obrigação de “ensinar a Doutrina Cristã aos escravos da fazenda, fazer com que ouçam missa em todos os domingos”. Já o último capítulo da

---

<sup>15</sup> AEAM. Primeiro Estatuto do Seminário. Livros do Seminário. Arquivo da Arquidiocese de Mariana. Armário 2, parte lateral, 1, 2, 3, 4, 1748.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

primeira parte dirimia sobre a liquidação das contas e receitas, e despesas no último dia de cada mês.

Na segunda parte, o primeiro tratava dos exames para ingresso no seminário. Somente seriam admitidos aspirantes que fossem filhos de matrimônio *legítimo*, crismados e com mais de 7 anos de idade. Esses deveriam saber ler e escrever corretamente antes do primeiro dia do ano letivo. Também era necessário possuir dote em forma de escravos, cavalos, bens móveis, imóveis, semovente e dinheiro em espécie. Exigia-se, ainda, o pagamento adiantado da matrícula trimestral no valor de 25 mil-réis e da matrícula anual de oito mil-réis, providenciando todos os livros e roupas necessárias. Além disso, nenhum candidato poderia ser admitido antes de apresentar a carta de indicação expedida pelo pároco de sua freguesia, atestando saúde, boas procedências de vida, costumes e possibilidades. Aos candidatos que fossem morar no seminário acrescentavam-se mais 17 oitavas anuais para despesas da casa, um enxoval com cobertor vermelho, vestuário ordinário, além de batina, cabeção, barrete e sobrepeliz, bacia de rosto, de banho e objetos de limpeza pessoal.<sup>19</sup>

Ao todo, o seminário acolhia um número de 25 candidatos internos interessados nas ordens sacras, admitindo alunos externos “que não intentem o Estado Eclesiástico confessando se em tudo com os seminaristas enquanto com eles viverem”.<sup>20</sup> Exigia-se que todos eles possuíssem dote e condições familiares para sustentar as despesas. Em caso de número menor desses candidatos, aceitavam-se pretendentes aos quais faltassem créditos suficientes para custear as despesas.

Sobre os valores aferidos para entrada no seminário em Portugal, José Pedro Paiva (2012, p. 170) afirma que eram exageradamente elevados, em geral em torno de 240 mil-réis/ano, sendo compostos ainda por bens de raiz no valor de 120 mil-réis. Isso impedia que ingressassem no clero pessoas mais humildes da escala social. Os dotes também eram exageradamente elevados. Por norma, eram 80% da herança familiar que tinham que ser depositados na entrada no seminário. Poderia ser disponibilizado pela família ou por um tio já eclesiástico. Na Diocese de Coimbra, perto de 80%

---

<sup>19</sup> AEAM. Primeiro Estatuto do Seminário. Livros do Seminário. Arquivo da Arquidiocese de Mariana. Armário 2, parte lateral 1, 2, 3, 4, 1748.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

dos seminaristas tiveram seu patrimônio fornecido pelos pais, e os demais, por tios eclesiásticos. Para o autor esse dado sublinhava uma ligação entre a decisão de ingresso no clero e a vontade familiar, admitindo-se a hipótese de ser parte de uma estratégia que visava à proteção de isenção fiscal de bens fundiários das famílias, “uma vez que os bens instituídos em patrimônio se tornavam imunes do ponto de vista fiscal”.

Em Mariana, porém, as despesas anuais giravam em torno de 50 mil-réis, mais o dote que não tinha valor estipulado. Exigia-se apenas que os familiares dotassem seus filhos de quantia suficiente que julgassem necessária à sua sobrevivência em caso de desistência da vida sacerdotal. O dote deveria ser depositado no momento da entrada no seminário e retirado no dia em que o seminarista deixasse a casa. Muriel Nazzari acredita que esses homens recebiam quantias abundantes:

Os padres eram os únicos filhos a receber dos pais doações *pre-mortem* tão consideráveis quanto os dotes de suas irmãs. Os padres precisavam de bens em terras e índios que lhes proporcionassem um meio de vida, uma vez que a Coroa sustentava muitos poucos padres no Brasil Colonial (NAZZARI, 2001, p. 50, grifo nosso).

Diferentemente do que sempre afirma a historiografia, os seminaristas em Mariana recebiam de dote pequenas doações da herança familiar. Manoel Leitão, por exemplo, dotou os dois filhos, Joaquim, de 19 anos, e Martinho, de 15 anos, com 100 mil-réis cada para que pudessem se ordenar padres. Deixou, porém, condicionado que, desse monte-mor, fossem descontadas as despesas do seminário.<sup>21</sup> Já Manoel Almeida deixou de herança a seu filho mais velho, Bento de Almeida, dois escravos, Caetano Cabunda no valor de 100 mil-réis e Domingos Crioulo de 80 mil-réis, um corte de terras de plantar com margens no rio Xopotó no valor de 30 mil-réis) e mais um cavalo selado e enfreado de 20 mil-réis.<sup>22</sup> Todos esses bens deviam servir para garantir que Bento se sustentasse em uma vida razoavelmente confortável. Porém, deixou recomendado que, da herança,

---

<sup>21</sup> AHCSM. 2º ofício, Códice 31, Auto 756, 1777.

<sup>22</sup> AHCSM. Códice 75, Auto 1626, 1787.

fossem descontados os gastos do seminário no dote usado para ingresso no seminário, que consistia em um cavalo selado. Jacinto Ferreira dos Santos também recebeu de dote um cavalo e um escravo, enquanto o Padre Manoel da Nóbrega foi dotado com a biblioteca de seu tio eclesiástico que tinha falecido. Padre Thomas Ferreira Braga recebeu de dote um escravo no valor de 100 mil-réis. Seu irmão Custódio Ferreira Braga recebeu um escravo do mesmo valor, e Joaquim Ferreira Braga recebeu um escravo no valor de 80 mil-réis para se ordenar padre.<sup>23</sup>

Ao analisarmos os testamentos dos familiares de padres, percebemos que os dotes e as despesas com os estudos no seminário eram descontados da herança que lhes era de direito. Além disso, tudo indica que os benefícios depositados no seminário não eram tão elevados quanto em Portugal. Tratava-se de baixas quantias, representadas por animais selados, escravos, livros e vestuário.

O seminário aceitava também a entrada de meninos que não tinham condições de sustentar seus estudos, desde que o pároco encontrasse indivíduos dispostos a incentivar os jovens carentes. Esses deveriam comprovar, ao pároco, cultura e condutas edificantes e concorrer a edital de pensões ofertadas por *mecenas* que passavam à condição de padrinhos do seminarista, assumindo a obrigação de sustentar suas despesas até a ordenação. Por outro lado, competia aos afilhados se sujeitarem aos conselhos dos seus padrinhos, cuidar deles em caso de doença e, após a ordenação, celebrarem, por toda a vida, três missas semanais pela alma de seu padrinho.

João Ferreira Barros, por exemplo, era natural de Ribeirão de Santa Bárbara onde foi educado desde criança por um tio padre e pelo qual ingressou no seminário aos 14 anos. Foi sustentado pelo referido parente durante todo o curso de propedêutico e filosofia. Quando chegou o tempo de ingressar no curso de teologia, não havia mais condições de se sustentar, pois seu tio faleceu com dívidas cobradas em juízo do rei. Já seus pais não podiam pagar seus estudos, porque, naquele ano, haviam perdido plantações e animais da fazenda nas cheias do ano de 1751. Contudo, Barros conseguiu benefício de pensão ofertada por Maximiliano.

---

<sup>23</sup> AHCSM. 2º ofício, Códice 136, Auto 2745, 1789. 1º ofício, Códice 79, Auto 1688, 1787. 1º ofício, Códice 36, Auto 843, 1750.

Além desse, muitos outros seminaristas receberam benefícios de pensões concedidas por protetores, como Lino Lopes de Mattos, natural de Pilar de Vila Rica. Apesar de ser de família rica, seus pais fixaram as despesas no valor do dote ofertado ao marido de sua irmã. Como o montante não foi suficiente, para não deixar o curso de teologia, ele concorreu a edital e foi assistido pelo sargento-mor Diogo da Silva Saldanha, membro da Câmara do Senado local. Esse sargento-mor também apadrinhou Paschoal Bernardino após ele ser devolvido aos pais por endividamento com o seminário.

A pauperização de alguns candidatos, após ingresso no seminário, praticamente, forçou esse instituto a buscar apoio com ricos mineiros, conhecidos como padrinhos, para financiarem as despesas e contribuir com os meninos que não tinham dote, a fim de cumprir as exigências de Trento.<sup>24</sup> Em números, os indivíduos declarados pobres eram: cinco no seminário de primeiras letras, oito no seminário menor, e 13 no seminário maior. Ao analisarmos o perfil dos padrinhos, observamos que seis eram madrinhas, esposas de membros das ordenações militares, quatro eram capitães ou alferes das ordenações militares e os demais, párocos. Isso confirma a dependência dos candidatos ao seminário em relação ao clero local que indicava, por meio de cartas, quem podia, ou não, entrar, mas também solucionava os problemas materiais de candidatos ligados aos seus interesses. O pároco local agia, assim,

levando em conta a si, os subgrupos e a sociedade. Essa moral é eterna; é comum às sociedades mais evoluídas, às do futuro próximo, e às sociedades menos educadas que podemos imaginar! Tocamos a pedra fundamental. Nem mesmo falamos mais em termos de direito, falamos de homens e de grupos de homens, porque são eles, é a sociedade, são os sentimentos de homens de carne, osso e espírito que agem o tempo todo e agiram em toda parte (MAUSS, 2003, p. 299).

Depois da entrada no seminário, os candidatos eram submetidos a uma rígida disciplina. O vestuário era controlado, já que deviam usar apenas camisa sem manga perdida, barretes, meias de lã ou algodão nas

---

<sup>24</sup> AEAM. *Livros do Seminário*. Arquivo 2. Gaveta 2. Pasta 36.

cores pretas ou roxas e sapatos pretos apertados com fivelas douradas lisas. Fora do seminário, quando fossem visitar os pais, poderiam usar somente vestido talar, até o artelho dos pés, após o grau da primeira tonsura.

Havia, ainda, rigorosa vigilância moral. Segundo o capítulo 3º, os seminaristas deviam comunicar-se por meio de respeito mútuo, sem agressões, sendo proibido tratar-se por apelidos ou títulos das famílias de origem, ou seja, o tratamento deveria ser feito somente pelo nome ou pelos títulos honoríficos da Igreja.

O 4º capítulo proibia que os seminaristas usassem perfume, tivessem relações desnecessárias, trocassem cartas e recados ou quaisquer outros comportamentos que os superiores da casa não achassem convenientes. Em qualquer tempo, podiam ser devolvidos aos familiares por indisciplina, como alertava o capítulo 6º, ou por doenças graves, sem direito à restituição de dote.<sup>25</sup>

Entre os estudantes que sofriam correções disciplinares, registrados no *Livro Quatro* do seminário, está João Ferreira Almeida após ser advertido pelo reitor sobre seu comportamento de troca de carícias com outro rapaz e corrigido e castigado por ele algumas vezes, “lembrando que os castigos não foram humilhantes. Buscou-se o aproveitamento espiritual do seminarista, para que não se entregue aos vícios do tentador”.<sup>26</sup> Ele foi, assim, expulso do seminário, pois suas faltas eram *incorrigíveis*. “Crime escandaloso e cometido por três vezes.”<sup>27</sup> Já Caetano Pinto da Motta foi devolvido aos pais devido à grave enfermidade de moléstia e febre. Posteriormente, após tratamento pelos familiares, pôde retornar à casa, mas foi necessário novo depósito de dote aos cofres do seminário. Carlos da Silva Lobo foi advertido uma vez por falar alto na casa, ficando sete dias sem a refeição da véspera.<sup>28</sup>

A vigilância moral do modo de vestir, das atitudes, do andar e do falar dos seminaristas estava fundamentada nos decretos do Concílio de Trento, como forma de delinear as silhuetas moral e física do padre dos tempos modernos para evitar que, após a ordenação sacerdotal, houvesse envolvimento de seus membros em problemas como *concubinato*, *sodomia*,

---

<sup>25</sup> AEAM *Livros do Seminário*. Armário 2, parte lateral, 1.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> *Ibidem*. Armário 2, parte lateral, 1, 2. Gaveta 2. Pasta 36.

falta de residência na sua paróquia, *abusos*, “ocupação somente com cerimônias e sacramentos”, “falta de pregação e catequese e a falta de cuidado pastoral” (PEREIRA, 2017).

Segundo Michael Mullett, a rígida vigilância moral e disciplinar dos seminaristas demonstrava o apreço pelo sacerdócio, em uma longa experiência de treinamento por parte de um bom padre:

Talvez o seminário fosse, de qualquer modo, uma experiência difícil de acionar: pregava-se rapazes saudáveis, no auge da adolescência, expondo-os a uma longuíssima e um tanto rígida preparação em Teologia, História da Igreja e Latim. É provável que o seminarista sentisse um apetite insatisfeito, maior que o dos agora, por mais comida e mais folgedos. Os desorientados professores religiosos devem ter experimentado grande dificuldade em satisfazer os gostos rudes dos mais jovens. Contudo, os aspectos mais desanimadores da história do seminário não poderão ocultar o facto de ele ter transformado gradualmente o sacerdócio católico num corpo profissional de homens que eram, na grande maioria, sacerdotes fiéis até o final dos seus dias, embora fosse nítido que alguns deles necessitavam de ser agrilhoados pelos bispos, que atuavam como supervisores. Mas quando enviados para as paróquias aldeãs mais mergulhadas nas trevas, na Bélgica, Polónia, Itália e outros países, a maior parte desses ex-seminaristas conseguiram provavelmente manter o profissionalismo que lhes fora instilado durante a sua preparação como se disse no concílio de Trento, “formaram-se na piedade e na religião desde a mais tenra idade” (MULLETT, 1985, p. 28-29).

Podemos pensar nessas práticas disciplinares do seminário de Mariana como constituintes de um estabelecimento que encarna o poder vigilante defendido por Michel Foucault (2004, p. 122). Segundo esse autor, as relações entre a formação, os formadores e os seminaristas estavam focalizadas como dispositivos privilegiados de constituição e agência de produção de microfísicos de um poder disciplinar e disciplinares que, em seus dispositivos, organizavam e modelavam a subjetividade tanto por seu discurso e por suas práticas quanto pela articulação desses dois aspectos



que implicavam a performance social do padre como emergente desse processo. Sendo assim, “a disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo”.

Além dessa rígida vigilância moral que disciplinava mente e corpo, exigia-se elevado nível intelectual e doutrinário dos seminaristas durante a formação de oito anos dividida em três etapas: a primeira etapa, o seminário propedêutico, era a formação inicial de primeiras letras ofertada na modalidade interna ou externa. Os alunos tinham aulas de latim, cantos de igreja, cômputos eclesiásticos, Sagrada Escritura e moral. Também havia a aprendizagem dos ofícios de enfermeiro, sacristão, porteiro e refeiteiro. Essa etapa acontecia em menos de um ano, habilitando os candidatos a ingressarem no seminário menor.

O Seminário Menor correspondia ao curso de Observância Literária que durava, aproximadamente, quatro anos durante os quais os alunos aprendiam a gramática latina,

que abre a porta e facilita a inteligência dos livros científicos, haverá neste seminário lição diária por duas vezes a saber das oito horas até às dez da manhã, e das três da tarde às cinco da tarde”, a retórica, “ciência das palavras, dos termos e das frases de que usam os autores das artes e das ciências.<sup>29</sup>

Por fim, a filosofia, “uma ciência necessária a qualquer estudante para entrar na percepção de todas as mais” (FOCAULT, 2004, p. 122). Em resumo, estudavam livros de ciências, cirurgias, catecismo, música, português, latim, retórica, teologia, números e aprendiam as artes dos ofícios de alfaiate, sapateiro e marceneiro.

José Ferreira Carrato (1963) afirmou que a estrutura propedêutica e do Seminário Menor de Mariana se baseava na escolástica numa tentativa de conciliar a aprendizagem do saber filosófico ao teológico, a razão e a fé. No entanto, como apontado pelos estudos desenvolvidos por María del Pilar Martínez López-Cano sobre o clero no império espanhol, havia uma contradição de natureza mista desse instituto que servia para recrutar novas vocações sacerdotais e, ao mesmo tempo, polir, com certa instrução, os filhos de homens

<sup>29</sup> AEAM. Arquivo 2. Gaveta 2. Pasta 36.

ricos que desejavam educá-los sem precisar enviá-los à Europa. Por isso, após a formação dessa etapa, os seminaristas eram encaminhados às mais diversas carreiras, enquanto um grupo menor era admitido no Seminário Maior.

O Seminário Maior correspondia ao curso de Teologia Dogmática no qual estudavam Sagrada Escritura, ciência eclesiástica, homilia dos santos, regras concernentes aos ritos da cerimônia, canto gregoriano, moral e dogma.<sup>30</sup> O tempo letivo era organizado entre os dias primeiro de outubro, início da plantação de milho e feijão na região, até a chuva de junho que anunciava a festa de São Pedro dos clérigos. O ano escolar do seminário era dividido em quatro períodos: primeiro de outubro até as oitavas do Natal, do dia sete de janeiro até a Paixão de Cristo, após esse até o dia dos prazeres de Nossa Senhora, por fim, até a chuva de São Pedro dos clérigos. Os dias letivos eram de sexta a quarta. As quintas-feiras eram dedicadas a atividades de recreação como piqueniques em matas organizados pelo reitor, atendimento às visitas de familiares, jardinagem, costura, pintura, entre outras. As aulas iniciavam após a oração das matinas e laudes.<sup>31</sup>

Durante as aulas, o padre-mestre podia fazer uso da palmatória “para castigar os que merecerem”. Caso o aluno não se mostrasse atento ao seu mestre, ficaria “em pé pelo tempo que for conveniente, mas se assim mesmo não se corrigir dar-lhe pela primeira vez seis palmatórias”. Se ainda continuasse a desatenção, o seminarista deveria ser encaminhado ao reitor, “para que o castigue com jejum e orações na presença de todos”.<sup>32</sup> O intervalo entre as aulas ocorria na terceira hora do dia (9h da manhã), entre a aula de gramática e a de Sagrada Escritura. Posteriormente, na quarta hora (ao meio-dia), os seminaristas faziam as refeições e, em seguida, os afazeres da casa. Retornavam aos estudos na quinta hora (15 horas) para as aulas de ciência eclesiástica, seguida pela de homilia dos santos. Às 18 horas, os estudantes se recolhiam para as orações da véspera. Depois, faziam aulas de canto, moral e dogmas e, em seguida, recolhiam-se para as horas completas, momento de oração individual e descanso. Essa prática se repetia todos os dias com exceção das quintas-feiras e dias santos de guarda. Cabem, aqui, algumas ressalvas sobre o tempo para a Igreja da época.

---

<sup>30</sup> AEAM. *Regimento do Seminário*, Cópia feita em 1828.

<sup>31</sup> AEAM. *Regimento do Seminário*, Cópia feita em 1828.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

## O tempo no Seminário de Mariana

Segundo Jacques Le Goff, o tempo nem sempre foi uma dimensão unificada, padronizada, controlada e medida perfeitamente em iguais durações por intervalos de dias, horas, minutos e segundos. Eram comportamentos práticos que expressavam e organizavam a rotina da vida diária. Havia, assim,

um tempo de Deus e da terra, depois dos senhores e dos que estão sujeitos ao senhorio, depois – sem que os tempos precedentes tenham deixado de serem presentes e exigentes, um tempo das cidades e dos mercadores, e, finalmente, um tempo do príncipe e do indivíduo (LE GOFF, 1995, p. 54).

Entre os mercadores, por exemplo, a ênfase era dada ao deslocamento das mercadorias, por isso estavam submetidos às estações do ano e às intempéries naturais como a duração da produção, da plantação e da colheita das mercadorias a serem comercializadas. Sendo assim, para os mercadores, o tempo estava organizado de acordo com as redes comerciais.

Essa noção de tempo era considerada sacrilégio para as autoridades da Igreja ao reduzir o tempo ao preço com a exploração do mercado. Ela, porém, entendia o tempo como um serviço do culto sagrado e divino, por isso não era humano, não podia ser contabilizado pelo preço ou comércio. O tempo, porém, deveria ser organizado de acordo com os ofícios divinos, públicos ou privados. Havia momentos para parar em meio a toda a agitação cotidiana, para elevação de preces a Deus por meio de salmos e da leitura de passagens bíblicas em diversos momentos do dia, o que deu origem à liturgia das horas pela qual a Igreja procurava orar incessantemente em louvor a Deus, pedindo-lhe por si e por todos os homens. Além disso, havia o calendário litúrgico em que os dias do ano eram organizados de acordo com as festas de santos, começando no 1º domingo do Advento, terminando no sábado anterior a ele. Desse modo, portanto, entende-se que o tempo da Igreja estava associado aos ofícios do culto divino, enquanto o de mercado, às atividades agrícolas.

O Seminário de Mariana, por sua vez, possuía dois calendários: um de mercado e outro ritual. O calendário de mercado era adequado às estações

do ano e às atividades agrícolas da capitania. Esse era denominado de “Folhinha de Mariana” e foi pensando pelo Padre Manuel Tavares, reitor do seminário, considerando o período de intensas chuvas, o plantio de grãos e o abate de animais para que, nos períodos de chuvas e de baixa no estoque de alimentos do seminário, os alunos internos estivessem em férias com a família. Da mesma forma, no período de aulas, os familiares dos seminaristas podiam levar os excedentes agrícolas de suas fazendas para abastecer a dispensa do instituto, para que, assim, “a escassez de alimento, o abastecimento precário, agravado pelo número de braços concentrados na mineração” diminuíssem as aulas no seminário.

#### Quadro 2 – Dias de festas religiosas na Folhinha de Mariana

Mês	Festa do Santo	Alimento	Tempo
Outubro	São Francisco	Milho	Janeiro
Outubro	São Benedito	Feijão	Janeiro
Outubro	São Francisco Borja	Algodão	Março
Outubro	Nossa Senhora do Rosário	Cana-de-açúcar	Abril

**Fonte:** Folhinha Eclesiástica de Mariana/Livro de Receitas do Seminário de Mariana/Entrada, 1751-1780.

Seguindo as orientações da Folhinha Eclesiástica de Mariana, outubro era o mês de plantio de grãos, de cana-de-açúcar e algodão. Por tal motivo, era o período de os familiares encaminharem seus filhos ao seminário, visto que eles não podiam trabalhar a terra. O abate de animais, por sua vez, poderia acontecer na 12<sup>a</sup> luação que começa em dezembro. Cada luação tinha duração exata de 19 dias, 12 horas e 44 minutos. De 12 em 12 meses, os animais poderiam ser sacrificados desde que se observasse se não era dia de Santo Mártir, das Dores de Nossa Senhora ou via-sacra. Os recessos escolares aconteciam em agosto e janeiro, considerados pelos padres como períodos de chuvas e de baixa nas despensas do seminário a quais, sabemos, eram compostas, basicamente, de feijão, milho e tocinho.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> AEAM. *Folhinha Eclesiástica de Mariana/Livro de Receitas do Seminário de Mariana/*

Já o calendário ritual era adequado às principais passagens bíblicas. Iniciava-se com o ciclo da manifestação (Natal, Epifania e Advento), ciclo ordinário, ciclo do tempo comum e festa do triunfo. No seminário, o calendário ritual considerava, ainda, as principais festas litúrgicas: 1º de outubro, entrada dos seminaristas no seminário menor; 4 de outubro, festa de São Francisco de Assis, exames de saber ler e escrever; 10 de outubro, Nossa Senhora de Nazaré, exames de moral e canto; 15 de outubro, Tereza de Ávila, exames de penúria; 30 de novembro, Santo André, exames de cânones; 3 de dezembro, São Francisco Xavier, exames de santo; 8 de dezembro, Imaculada Conceição de Carlos Dias, exame de homilia; 31 de dezembro, Silvestre, exames de gramática e latim; 19 de março, São José, exames de teologia, moral, dogma; 2 de abril, São Francisco de Paula, exames de moral; 25 de abril, São Marcos, exames de Sagrada Escritura; 3 de maio, exames de regras; 29 de junho, exames finais, festa de ordenação e de São Pedro.<sup>34</sup>

Sendo assim, o calendário ritual do seminário estava pautado pela Teologia Moral- Cristã. Era, pois, como observou Beatriz Catão Cruz Santos, uma forma de “intervenção do poder religioso no tempo”. Resultava das intervenções dos detentores do poder para controlar o tempo, diferenciando o ritmo do tempo festivo do tempo do trabalho, fornecendo datas das festas e cerimônias, ritmando, pausando e diferenciando o tempo ordinário do tempo festivo, o cíclico do santoral, distinguindo o tempo profano do sagrado na medida em que o tempo se construía como “elemento essencial de seu poder, e apenas os detentores carismáticos do poder são senhores do calendário” (SANTOS, 2012, p. 165), isso como forma de domesticar o tempo *natural* que se tornava “escandido pelos períodos e datas definidos pela religião cristã. Este novo calendário impôs-se atividades sociais, políticas e religiosas” (LE GOFF, 1996, p. 552).

Os elementos levantados indicam que o calendário ritual do Seminário de Mariana dialogava com o calendário agrícola. Como senhores do tempo, os padres procuravam regulamentar o tempo por meio de um sucedâneo calendário eclesialístico que apresentava aos fiéis preces e informações sobre o período de plantar e de colher, por exemplo, os roceiros tinham que colher o feijão antes do dia de São José, marcado pela segunda chuva de março.

---

*Entrada*, 1751-1780.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

Apesar de regulamentar o tempo sagrado, a agricultura oferecia as regras para calcular os dias letivos do ano escolar dos seminaristas. A variação de tempo das colheitas, as doações dos familiares dos seminaristas, as despensas cheias ou vazias assinalavam os dias de entrada e saída dos seminaristas.

## Considerações finais

Ao longo deste artigo, percebeu-se como a convivência entre o grande número de candidatos ao sacerdócio, em um espaço físico pequeno, era tensa. Essa era uma verdadeira dificuldade a ser superada pelo reitor do seminário que, recorrentemente, se deparava com problemas de relação entre os alunos.

Entre os anos de 1759 e 1762, o número de seminaristas em formação era de 367 em propedêutico, 490 em Seminário Menor e 136 no Seminário Filosófico-Teológico, sendo que apenas 102 deles chegaram ao final dessa formação e foram aprovados em exames de habilitação ao clero. Padre Pedro Vieira de Moraes, um dos professores no seminário, justificava o baixo índice de ordenação sacerdotal entre os mineiros por questões culturais. Segundo seu escrito, os mineiros eram “seres práticos”, voltados a “atividades braçais” e não para o “exercício intelectual” e “espiritual da teologia”. Havia uma multiplicação opressiva de disciplinas e trabalhos escolares, aos quais os seminaristas mineiros, “fracos e com pouco estímulo, não entendiam a dimensão acadêmica e o cunho pastoral”,<sup>35</sup> por isso eram reprovados.

Em resumo, a formação do seminarista em Mariana era constituída por um conjunto de etapas que iniciava com a indicação dos párocos seguida pela entrada no seminário. A partir de então, a vida no seminário era estritamente vigiada e, com isso, os seminaristas estavam privados de autonomia que desfrutavam antes do seu ingresso no estabelecimento, submetendo-se aos superiores imediatos, ao reitor, aos padres formadores e aos colegas. Ao longo dos oito anos de formação, o seminarista era vigiado e punido para aprender as atitudes, o modo de vestir, de falar, de andar e tudo mais da silhueta moral e física de um padre moderno. Por não terem renda ou salário, apesar de seus familiares depositarem grande quantidade de dinheiro nos cofres do seminário para suas despesas e dote, eles ficavam dependentes da

---

<sup>35</sup> AEAM. *Pasta de Documentos diversos*.

Diocese, dos padres formadores, de madrinhas e padrinhos que controlavam suas necessidades pessoais como material escolar, vestuário e itens de higiene pessoal. Precisavam pedir permissão e autorização aos superiores para decidir sobre pequenas coisas rotineiras, até mesmo pensar, sendo frequentemente censurados pelo reitor, castigados ou coagidos. Tudo isso agigantava o poder do clero local que decidia quem seria incluído ou excluído da primeira etapa de admissão ao sacerdócio, o seminário.

Como afirmou José Pedro Paiva (2001, p. 74), o seminário tinha diversos significados sociais e funções simbólicas de iniciação do candidato à vida clerical. Desde a imposição das becas aos seminaristas, o método de pregação de um sermão, a bênção praticada pelos membros da casa, a atenção feita ao comportamento moral, tudo isso tinha um papel fundamental no processo de (re)organização do corpo social e no exercício do poder.

Os dados descritos permitiram aferir que o Seminário de Mariana foi criado para atender ao acatamento pelo bispo dos cânones do Concílio de Trento. O modelo colegial estava voltado à formação intelectual dos saberes das ciências humanas, da filosofia e da teologia, moral e disciplinar, e prático, para formar clérigos preparados profissionalmente para o desempenho qualitativo do ofício eclesiástico, mas também formação intelectual da elite mineira em outras profissões.

Devemos considerar, ainda, que a criação do Seminário em Mariana estava ligada aos projetos espirituais da reforma jacobea do primeiro bispo. Os obstáculos a essa reforma eram inúmeros. O impedimento maior consistia no controle dos costumes de alguns párocos que, contrários ao rigorismo moral e às atitudes de austeridade do primeiro bispo, passavam “toda sua vida como errantes e vagabundos em diversas cortes, ou mergulhados no cuidado dos negócios temporais, abandonando seu pastoreio e negligenciando o cuidado das ovelhas”.<sup>36</sup> Essa suposta penúria de padres zelosos, instruídos e de elevado nível moral, para administrar os exercícios espirituais dos sacramentos, “na vasta extensão do bispado”, onde era “notória a falta que os diocesanos [tinham] de experimentar o pasto espiritual”, impulsionou o presbítero a incrementar medidas que visavam à moralização e ao disciplinamento de seu clero.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> AEAM. *Carta de Frei Domingo da Encarnação*, 1751. Fl. 124v.

<sup>37</sup> AEAM. *Pastoral de 28/02/1748*. Arm. 1; Gav. 1; Pasta 6- fl. 1, fl. 1v, n. 2.

## Referências

---

- ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. 2001. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2001. p. 234.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 100-111, 1991.
- BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. Tradução de Vera Maria Pereira. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. p. 17.
- BOXER, Charles. *A Igreja militante*. Lisboa: Edições 70, s. d., p. 89.
- BUKKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CARRATO, J. F. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Nacional, 1963.
- DELUMEAU, Jean. *Nascimento e a afirmação da reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 59-60.
- FERREIRA SANTOS, Patrícia. *Poder e palavra*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 123.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 122.
- JUNGMANN, J. A. *Missarum Sollemnia: origens, liturgia, história e teologia da missa romana*. Trad. de Monika Ottermann. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.
- KANTOR, Íris. *Pacto Festivo em Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 45.
- LE GOFF, Jacques. Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador. In: LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 43.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Introdução de Claude Lévi-Strauss. São Paulo: EPU, 1974. p. 135.
- MULLETT, Michael. *A Contrarreforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna*. Lisboa: Gradiva, 1985.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 50.
- NOBRE, Padre Manuel. Carta. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio:anchieta-1933-cartas/anchieta\\_1933\\_cartas\\_mindlin.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio:anchieta-1933-cartas/anchieta_1933_cartas_mindlin.pdf). Acesso em: 10 nov. 2018.
- PAIVA, José Pedro. Um corpo entre outros corpos sociais: o clero. *Revista de História das Ideias*, v. 33, n. 166, 2012.
- PAIVA, José Pedro. *Etiqueta e cerimônias*



*públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (org.). Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: 2001.*

PEREIRA, Juliana Torres Rodrigues. *Um arcebispo em defesa do poder episcopal: as relações entre Dom frei Bartolomeu dos Mártires e o Santo Ofício português (1559-1582). 2017. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2017.*

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. 4-48.*

SUAUD, Charles. *La vocation: conversion et reconversion des prêtres ruraux. Paris: Minuit, 1978.*

VILLALTA, Luiz Carlos. A educação na colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/aeducacaonacoloniaeosjesuitasdiscutindoalgunsmitos.pdf>.